

Sarney: mudar a Carta será o próximo passo

* 2 JUL 1981

Da sucursal de BRASÍLIA

O presidente nacional do PDS, senador José Sarney, disse ontem, em Brasília, que "a revisão constitucional ampla será o coroamento do processo de abertura". E adiantou que as mudanças na Constituição deverão ocorrer em 1983, "porque 1982 será dedicado à campanha eleitoral para o pleito direto, uma das etapas mais importantes do projeto político do governo".

O presidente do PDS, que defendia no início do governo Figueiredo uma reforma constitucional antes de 1982, parece haver mudado de idéia e aderido à tese do ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que é favorável ao adiamento, para o ano seguinte, da revisão constitucional.

REFORMAS

Por outro lado, o senador José Sarney informou que "não haverá necessidade de convocação extraordinária do Congresso, em dezembro, para a apreciação das reformas eleitorais, que deverão ser votadas ainda durante o período de funcionamento ordinário, que termina a 5 de dezembro".

Outras fontes situacionistas concordam em que a convocação não terá sentido porque a mensagem presidencial, propondo as reformas, deverá chegar ao Congresso com pedido de urgência, sendo aprovada ao final de 40 dias de tramitação na Câmara e no Senado, se não for derrotada pela maioria absoluta de seus integrantes, o que parece inviável.

"É quase impossível que haja convocação extraordinária porque o presidente João Figueiredo deverá enviar em agosto sua mensagem", garantiu Sarney, para quem "esse é o grande objetivo, traçado para o segundo semestre, que se encerre com estes problemas resolvidos".

Na visão do dirigente do PDS, o segundo semestre legislativo "vai ser importante porque corresponderá ao estabelecimento de regras eleitorais de modo que o próximo ano será dedicado exclusivamente à campanha eleitoral".

Sarney assinalou ainda que "o primeiro semestre de 1981 foi importante porque assinalou o início da negociação política, tanto assim que o encerramos com um acordo feito no Senado. As partes já não são tão radicais e há um bom nível de aproximação das forças políticas, saudável, sem importar em que elas abdicuem de sua identidade e de suas posições. Superada a fase de profunda separação, de radicalismos, os partidos começam a reflexão conjunta sobre os problemas comuns".

Na sua perspectiva "as reformas contêm um terreno comum em torno do qual os partidos podem chegar ao consenso. Todos os pontos podem ser discutidos. O que oferecemos ao governo foram apenas sugestões". Para Sarney "o governo, por dispor de uma visão mais ampla da conjuntura nacional, tem melhores condições de encaminhar as negociações em torno da matéria. Ele não pretende fazer reforma para o PDS e, sim, para o País, dentro dos objetivos de consolidação do processo de abertura".